

Objeto: Recuperação Judicial de INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S.A.
Processo nº 428622-83.2012.8.09.0064

Parecer nº: 09-2013

**Credor postulante: BANCO SANTANDER S/A E SANTANDER LEASING S/A –
ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Tipo: Divergência de crédito

1. Informações preliminares

A empresa recuperanda listou a instituição financeira impugnante BANCO SANTANDER S/A como credora da quantia de R\$ 821.201,86, na classe II (garantia real) e pelas quantias de R\$ 2.235.415,90 e R\$ 823.000,00, na classe III (quirografia).

A 1ª relação de credores (art. 58, §1º, II da Lei 11.101/2005) foi publicada em 23/01/2013, no DJE-TJGO nº 1.229.

Os credores postulantes apresentaram, tempestivamente, divergência perante este Administrador Judicial, alegando, em resumo, equívoco na titularização de parte do crédito, equívoco quanto ao valor, bem como que seu crédito não se sujeita, em parte, à recuperação judicial da devedora.

Acostaram ao seu pedido cópias das CCB's e contratos em que fundam sua pretensão creditória e demonstrativos de evolução do débito, exceção feita à operação de fiança bancária.

Posteriormente, as impugnantes aditaram aos termos da impugnação.

2. Fundamentação Técnica

A impugnante SANTANDER LEASING S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL demonstra que parte do crédito relacionado como sendo da impugnante BANCO SANTANDER S/A são de sua titularidade.

As operações instrumentalizadas por meio dos contratos de n. 70007426321, 70007426311, 70007644397 e 70007644407, colacionados à impugnação, tratam-se de operações de *leasing* e, como tal, não estão sujeitas aos efeitos da recuperação judicial da devedora, por força do disposto no artigo 49, § 3º, da Lei n. 11.101/05.

De igual modo, a impugnante **BANCO SANTANDER BRASIL S/A** comprova que as operações instrumentalizadas por meio das cédulas de crédito bancário de n. 285854010100, 285943010100, 296988010038500 e 296996010038500 tratam-se de operações de FINAME, estando garantidas por alienação fiduciárias de veículos.

Pela aplicação do mesmo dispositivo legal, ditas operações também não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial da devedora.

Passa-se ao exame das demais operações entabuladas entre as partes.

No que tange à CCB 00333444130013568 (cheque empresa), é procedente a divergência apresentada pela credora, com relação ao valor do seu crédito, devendo o mesmo ser retificado para R\$ 247.049,95, e devendo figurar na classe quirografária.

No que diz respeito à CCB 270561311 (capital de giro), é procedente a divergência apresentada pela credora com relação ao valor do seu crédito, devendo o mesmo ser retificado para R\$ 619.124,51, devendo figurar na classe quirografária.

Já no que pertine à CCB 00333444290000000980 (conta garantida), é procedente a divergência apresentada pela credora com relação ao valor do seu crédito, devendo o mesmo ser retificado para R\$ 715.892,11, e devendo figurar na classe quirografária.

No que tange à carta de fiança instrumentalizada pelo contrato de nº 72809, o credor impugnante BANCO SANTANDER BRASIL S/A comprova, por meio de planilha de cálculos anexa ao contrato, que o valor do seu crédito relativo a essa operação é de R\$ 1.799.996,89, na data de 30/11/2012, devendo ser classificado na classe quirografária. Destaca-se que a referida operação tem garantia de cessão fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de cessão fiduciária de direitos creditórios exibido, que não consta (legível) registro do termo em cartório do domicílio do devedor.

Por fim, a instituição financeira demonstra que a operação instrumentalizada por meio da CCB 3444000003920 apresenta saldo devedor de R\$ 2.723.581,08.

A despeito da arguição inicial de que referido crédito não se sujeitaria em parte aos efeitos da recuperação judicial em tela, eis que garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios, a instituição financeira, em momento posterior à apresentação de sua impugnação informa que ditas garantias não performaram, pedindo que a totalidade do crédito seja considerado como sujeito à recuperação judicial, na classe quirografária.

A Administração Judicial registra que, extraordinariamente, admitiu a re-ratificação da impugnação apresentada, ainda que a destempo, na medida em que a mesma não é prejudicial aos interesses da recuperanda e, por conseguinte, da coletividade dos credores.

Abaixo segue resumo dos valores sujeitos à recuperação judicial da devedora.

Contrato/CCB	Valor (R\$)	Classificação
00333444130013568	247.049,95	Classe III
270561311	619.124,51	Classe III
00333444290000000980	715.892,11	Classe III
3444000003920	2.723.581,08	Classe III
72809	1.799.996,89	Classe III
TOTAL	6.105.644,54	

3. Resultado do Parecer

Em vista dessas considerações, acolhe-se a divergência apresentada por **SANTANDER LEASING S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL** para reconhecer que as operações instrumentalizadas por meio dos contratos de n. 70007426321, 70007426311, 70007644397 e 70007644407, não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial da devedora.

Por outro lado, acolhe-se parcialmente a divergência apresentada por **BANCO SANTANDER BRASIL S/A** para: (a) reconhecer que os créditos relativos às operações instrumentalizadas por meio das cédulas de crédito bancário de n. 285854010100, 285943010100, 296988010038500 e 296996010038500 não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial da devedora; (b) reconhecer que não existe crédito com garantia real; e (c) que a instituição financeira é titular de crédito quirografário no importe de **R\$ 6.105.644,54**.

Goiânia, 07 de março de 2013.

Leonardo de Paternostro

Adm. Leonardo De Paternostro
CRA/GO 9273
Perito Administrador
ADMINISTRADOR JUDICIAL